

DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZAS E O IMPACTO SOCIAL DO TRABALHO VOLUNTÁRIO DAS ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS

*Jeferson Antonio Herdt¹
Sady Mazzioni²*

RESUMO: O objetivo do presente estudo é investigar o impacto dos serviços voluntários na formação e distribuição do valor adicionado em uma entidade sem fins lucrativos de Ituporanga – SC. As características de investigação permitem classificá-lo como exploratória e de cunho qualitativo. O ambiente de estudo é o Lar de Idosos Abrigo Mão Amigo (AMA), localizado na cidade de Ituporanga/SC, fundado em 2008 e com início das atividades em 2011. Com o propósito social de acolhimento de idosos desamparados por seus familiares ou até mesmo que por vontade própria do idoso, preferiu viver em abrigo. No tocante a distribuição do valor adicionado, nota-se que o principal grupo de beneficiários são os empregados, isso, devido ao grande número de funcionários necessários para os cuidados com os idosos. Após a mensuração e reconhecimento dos serviços voluntários recebidos, de acordo com as normas contábeis, há um acréscimo de 3,34% no total das receitas da entidade, atribuindo-se a distribuição da riqueza gerada à sociedade e à própria entidade como os beneficiários. A elaboração da demonstração do valor adicionado expandido serve para melhor compreensão da atividade social e econômica das entidades, por considerar em sua elaboração os valores das entradas e saídas sociais, que são recursos não monetários, atribuindo-lhes valores.

Palavras-chave: Entidade sem fins lucrativos. Serviços voluntários. Valor adicionado expandido.

¹Bacharel em Ciências Contábeis (2011) pelo Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí – UNIDAVI. Especialista em Gestão Tributária Empresarial pela UNIDAVI (2013). Pós-graduado em Gestão Societária com Ênfase em IFRS pela UNIDAVI. Rio do Sul. Santa Catarina. Brasil. E-mail: jeferson.herd@gmail.com

²Doutor em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau. Professor do Mestrado em Ciências Contábeis e Administração da Unochapecó. Chapecó, Santa Catarina. Brasil. E-mail: sady@unochapeco.edu.br

DISTRIBUTION OF WEALTH AND THE SOCIAL IMPACT OF THE VOLUNTEER WORKS OF THE NON-PROFIT ENTITY

ABSTRACT: The purpose of this study is to explore the impact of the voluntary services on the formation and distribution of the added value to a non-profit entity from Ituporanga – SC. The research characteristics allow classifying it as exploratory and qualitative. The environment studied is the Home for Elderly Shelter Hand Friend (AMA), located in Ituporanga/SC town, founded in 2008, started in 2001. With the social purpose of hosting the abandoned elderly people by their families or even for their own will, preferring to live in shelter. Regarding the distribution of the added value, we see that the main beneficiaries groups are the employees, due to the large number of employees needed for the care of the elderly. After measuring and recognizing of the received voluntary services, meeting the accounting standards, there is an increase of 3,34% in the entity's total revenues, attributed to the distribution of the wealth generated to society and to the entity as the beneficiaries. The elaboration of the added value demonstration serves to a better comprehension of social and economic activity of the entities, by considering in its elaboration the social inflows and outflows values, which are non-monetary resources, attributing to them values.

Key-words: Non-profit entity. Voluntary services. Expanded added value.

1 INTRODUÇÃO

O Estado tem por competência cuidar da saúde e da assistência pública, da segurança e da proteção à vida, conforme rege a Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 1988. Porém, nem sempre o Estado mostra-se capaz de arcar com todos estes compromissos, surgindo assim o chamado terceiro setor, também chamado de entidades não governamentais ou de entidades sem finalidade de lucros, que são organizações sociais que, em sua essência, auxiliam o Estado no cumprimento de seu papel social, econômico e político, transformador de vidas.

Não é tarefa fácil definir de forma clara e objetiva as entidades sem fins lucrativos, mas algumas características principais que são o alicerce dessas entidades são identificáveis: (a) o lucro não é sua razão de ser; (b) seus propósitos institucionais objetivam provocar mudanças sociais; (c) seu patrimônio pertence à sociedade, não cabendo aos membros quaisquer parcelas no mesmo; e; (d) as

contribuições e doações são as principais fontes de recursos (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

Tão logo houve a implementação das *International Financial Reporting Standards (IFRS)* no Brasil, a ITG 2002 disciplinou a maneira correta de se evidenciar os serviços voluntários recebidos pelas entidades sem finalidade de lucros, sendo que de acordo com a norma: “O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro” (ITG 2002, R1, p.3).

Assim, a Demonstração de Resultado passou a receber valores estimados dos serviços voluntários, mesmo não havendo desembolso financeiro. Conseqüentemente, estes valores estão contidos na Demonstração de Valor Adicionado (DVA) da entidade, que “evidencia a riqueza gerada pela companhia, em determinado período, e a sua distribuição entre os empregados, o governo, os financiadores e os sócios, bem como a parcela da riqueza não distribuída” (BAPTISTA; GONÇALVES, 2011, p. 339). A DVA possibilita ao usuário da informação contábil a visualização dos valores recebidos a título de serviços voluntários, o impacto destes serviços no meio social e a distribuição da riqueza gerada pela entidade.

Anteriormente a ITG 2002, R1, não era previsto a prática de reconhecimento dos serviços voluntários nas demonstrações contábeis das entidades. Por consequência, não se sabia ao certo quanto de serviço voluntário se fazia necessário para o funcionamento da entidade, nem tampouco, estimava-se o impacto econômico desse serviço. Efetivamente, após a primeira revisão da ITG 2002 é que iniciou a evidenciação dos valores estimados dos serviços voluntários nas demonstrações contábeis de entidades sem finalidade de lucros.

Diante do exposto, a problemática da pesquisa definida para o presente estudo é: Qual o impacto dos serviços voluntários na formação e distribuição do valor adicionado em uma entidade sem fins lucrativos de Ituporanga - SC?

O objetivo do presente estudo é investigar o impacto dos serviços voluntários na formação e distribuição do valor adicionado em uma entidade sem fins lucrativos de Ituporanga – SC.

A justificativa científica para o estudo reside na necessidade de desenvolvimento de mecanismos para mensurar adequadamente o valor recebido como serviços voluntários pelas entidades sem finalidade de lucro e o reconhecimento e divulgação na demonstração de valor adicionado da entidade.

A justificativa social do estudo concerne na necessidade de uma transparente prestação de contas e na adequada gestão dos recursos recebidos pelas entidades sem finalidades de lucro à sociedade civil, guardiãs da moralidade, da ética e do assistencialismo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCROS

Para Melo Neto e Froes (1999) as entidades sem finalidade de lucros, também conhecidas como terceiro setor surgiram em decorrência da falência do Estado, que era quem atuava no campo social. Por essa desassistência do Estado, a sociedade civil se organizou e mobilizou no sentido de amparar aqueles a quem o Estado deixou à margem de seus direitos. Discorrem ainda afirmando que a atuação do Estado foi substituída por uma ação comunitária forte, atuante e mobilizadora, as entidades sem fins lucrativos.

Compreende-se terceiro setor ou entidades sem finalidade de lucro, o trabalho comunitário, a prática da solidariedade e da filantropia.

A origem do terceiro setor foi nos Estados Unidos na metade do século XX, com uma mistura dos setores públicos e privados. Já no Brasil, o conceito é mais recente (MELO NETO; FROES, 1999).

Segundo Drucker (2001, p.14) sustenta que “as instituições sem fins lucrativos são agentes de mudança humana. Seu ‘produto’ é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio; isto é, toda uma vida transformada”. Ainda segundo Drucker (2001), a existência das entidades sem fins lucrativos é para provocar mudanças, tanto nos indivíduos, como na sociedade.

Szazi (2006) define as entidades de cunho social como aquelas que atuam em favor daqueles que estão fora de seus quadros sociais. Outra característica é a reunião de pessoas e a finalidade não lucrativa.

Em razão desse nobre propósito a que se dispõem as entidades sem finalidades de lucros são amparadas pela Constituição da república Federativa do Brasil, promulgada em 1988, pelo princípio da imunidade e isenção tributária, como forma de assegurar sua manutenção (BRASIL, 1988).

Mesmo assim, não estão elas dispensadas de prestarem contas de suas atividades. Quanto a prestação de contas, espera-se das entidades no mínimo, três elementos: transparência, relatórios de desempenhos e relatórios de comunicação (OLAK; NASCIMENTO, 2010).

Para as entidades sem fins lucrativos não existem lucros. Contudo, existe sim, resultado e desempenho, que são mais difíceis de controlar e medir, porque não se dá prioridade a eles (DRUCKER, 2001).

2.1.1 Trabalho voluntário

O trabalho voluntário é prestado por pessoas que se dediquem a causas sociais, individuais ou coletivas, sob a forma de seu próprio trabalho, tendo em contrapartida o prazer em servir à sociedade a ao semelhante, de forma gratuita (BULGARIM *et al.*, 2012).

O trabalho voluntário carece de definição de parâmetros para quantificação de seu valor. Uma das técnicas que pode ser usada para mensurar o valor do trabalho recebido pode ser o preço de mercado. Mas, em qualquer que seja a situação, a mensuração do valor deve representar o valor justo, como se de fato houvesse desembolso para a obtenção desse serviço (BULGARIM *et al.*, 2012).

Preconiza ainda Szazi (2006) que para ser conceituado como trabalho voluntário, precisa ser: gratuito, sem que haja contrapartida da entidade; e, voluntário, ou seja, não é imposto por alguém. Drucker (1994) trata os voluntários como membros da equipe, apenas com uma diferença: seu trabalho não é remunerado, porém, seu desempenho é muito importante.

O trabalho voluntário no Brasil foi regulamentado pela Lei 9.608/98 como atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidades sem finalidade de

lucro, não gerando vínculo empregatício nem obrigações de natureza trabalhista (SZAZI, 2006).

De acordo com Olak e Nascimento (2010, p. 98) o “reconhecimento da receita do trabalho voluntário, segregando contabilmente as despesas correspondentes, ou seja, identificando as despesas específicas do voluntariado e contabilizando no grupo Resultado com Trabalho Voluntário”.

A ITG 2002 (R1) acrescenta ainda que se devem destacar da demonstração de resultado do período as informações sobre serviços voluntários obtidos, e os mesmos divulgados em notas explicativas.

Há situações em que o trabalho voluntário é recebido com a finalidade de agregar ao patrimônio da entidade. Neste caso também se faz necessário à mensuração do trabalho voluntário e seu reconhecimento nas demonstrações financeiras (BULGARIM *et al.*, 2012).

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A demonstração do valor adicionado surgiu na Europa, com o objetivo de evidenciar a riqueza produzida e a forma com que essa riqueza foi distribuída identificando a contribuição da entidade para com os vários segmentos da sociedade e à comunidade local (MARION, 2005).

“A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período” (CPC 09, p. 2) e também evidencia informações de natureza econômica e social, possibilitando a melhor avaliação pela sociedade em que a entidade se insere (GUERRA, 2013).

A DVA objetiva, para Ludícibus *et al.* (2010, p. 581), “demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a sua criação”.

Nesta mesma linha de pensamento, Luca (1998) traz à luz que a DVA é um relatório contábil com um conjunto de informações de cunho econômico que visa demonstrar a riqueza gerada pela empresa e sua distribuição. Ainda num enfoque empresarial, Luca (1998) afirma que o valor adicionado é a diferença entre o valor

da produção e os consumos intermediários num período, ou seja, é toda a riqueza que a empresa conseguiu gerar.

Na demonstração do valor adicionado, apresenta-se separadamente a parcela de riqueza que se destina a cada participante de sua formação: empregados, financiadores, governo e acionistas (LUCA, 1998).

A DVA difere em muito da DRE, uma vez que o enfoque da DRE são os sócios/acionistas, por dar maior importância ao lucro ou prejuízo apurado em cada exercício (SANTOS, 2003). Por outro lado, a DVA tem uma conotação social muito maior ao evidenciar a parcela que compete a cada ente da sociedade que as recebe.

2.2.1 Demonstração do Valor Adicionado Expandida – EVAS

A demonstração do valor adicionado expandido diferencia-se da tradicional demonstração do valor adicionado, pois retrata, além de todos os demais quesitos, os itens não monetários das atividades organizacionais, dentre eles, o serviço voluntário recebido.

Para isso, Mook et al. (2003) criaram um mecanismo que atendesse à necessidade das entidades sem fins lucrativos e fez uma adaptação da DVA para incluir variáveis econômicas como o valor recebido a título de serviços voluntários. Essa adaptação é conhecida como Demonstração do Valor Adicionado Expandido (*Expanded Value Added Statement – EVAS*).

De acordo com o método criado por Mook et al. (2003), para iniciar o cálculo da EVAS é preciso primeiramente estabelecer o valor de mercado para cada tipo de serviço voluntário recebido e multiplica-lo pelo número de horas trabalhadas.

No estudo de Mazzioni et al. (2013) observaram que os resultados apontam que os trabalhos voluntários são significativos e sua ausência representaria uma redução de 73,46% na capacidade de prestação de serviços comunitários prestados pela entidade estudada.

Em outro estudo, Mazzioni et al. (2014) ficou evidente um aumento de 82,92% no valor adicionado criado pela entidade após a mensuração e reconhecimento das entradas decorrentes de serviços voluntários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As características de investigação do presente estudo permitem classificá-lo como exploratório e de cunho qualitativo. Para Raupp e Beuren (2006), uma pesquisa é exploratória quando há pouco conhecimento sobre o tema pesquisado e contribui para o esclarecimento de questões até então pouco abordadas sobre o assunto. Sobre a perspectiva da abordagem do problema, caracteriza-se como qualitativa, permitindo análises aprofundadas relativas ao fenômeno que se estuda (RAUPP; BEUREN, 2006).

Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é, segundo Boaventura (2004), o instrumento principal, pois se trata de uma pesquisa descritiva, onde interessa mais o processo do que o resultado. Neste mesmo viés discorre Castro (2006, p. 107) “por meio da pesquisa qualitativa, podemos entender muito sobre os processos mentais que levam as pessoas a aprender”. Ainda traz à luz, Castro (2006), que o método qualitativo permite uma exploração do tema de forma mais aberta e livre, que por sua vez, dá sentido e confiança a pesquisa qualitativa, pois o pesquisador qualitativo quer descobrir.

De acordo com Goldenberg (2015) não existem regras precisas para a pesquisa qualitativa, uma vez que não existem dados padronizáveis, o que obriga o pesquisador a ser flexível e usar de sua criatividade para análise. A pesquisa qualitativa leva em conta a especificidade do objeto de estudo, que consiste em descrições detalhadas no intuito de compreender os indivíduos.

O ambiente de estudo é o Lar de Idosos Abrigo Mão Amigo (AMA), localizado na cidade de Ituporanga/SC. Com o propósito social de acolhimento de idosos desamparados por seus familiares ou até mesmo por vontade própria do idoso em viver em abrigo é que surgiu a entidade sem finalidade de lucros, idealizado e construído por voluntários, liderados e organizados pelo Padre Pedro Paulo Wiggers. Foram anos de campanhas, eventos e contribuições voluntárias para a construção da estrutura com capacidade para acolhimento de 60 idosos. A entidade conta com 35 colaboradores e com diversos voluntários que dão todo o suporte financeiro e organizacional para o melhor acolhimento dos idosos.

A entidade objeto da pesquisa foi fundada em 2008 na cidade de Ituporanga, mas com início das atividades em dezembro de 2011. Neste meio tempo (de 2008 a

dezembro de 2011), foram feitas diversas campanhas e eventos para a construção do espaço, onde hoje abriga os 60 idosos, numa área totalmente planejada e construída para atender as inúmeras necessidades dos abrigados. A entidade conta com 35 colaboradores diretos e incontáveis voluntários para a manutenção das atividades, que prestam os mais variados serviços para o melhor aconchego dos idosos.

As fontes de renda da entidade são mensalidades cobradas das famílias dos acolhidos (somente daquelas que têm condições de pagar), doações financeiras, doação em mantimentos, doação de alimentos, convênios com prefeituras e serviços voluntários.

Procedeu-se a coleta de dados através das demonstrações contábeis da entidade, elaborada pelo contador responsável, bem como em relatórios gerenciais e demais documentos da administração da entidade, que constituem a base para elaboração da DVA.

Foi também realizada visitas na entidade e entrevistas não estruturadas com o responsável pela administração, a assistente social e demais funcionários responsáveis pelo atendimento dos acolhidos. Tais entrevistas proporcionaram uma visão geral das atividades ali desenvolvidas e possibilitaram a compreensão dos diversos trabalhos voluntários prestados à entidade.

Para melhor compreensão dos serviços voluntários recebidos pela entidade, elaborou-se um quadro explicativo dos serviços e funções que cada grupo de voluntários desempenha. No quadro 1 estão abrangidos também os voluntários da diretoria da entidade, os quais fazem parte o conselho fiscal e a diretoria administrativa, todos trabalham voluntariamente em prol da entidade, porém, para exercer esta função, os voluntários são escolhidos através de assembleia, conforme previsto no estatuto social da entidade.

Quadro 1 – Descrição das atividades voluntárias

Função desempenhada	Descrição da atividade executada
Diretoria	Responsável pelos serviços administrativos e gestão da entidade. Composta por conselho fiscal e diretoria administrativa
Rouparia	Trabalha na coleta de roupas e enxovais para os idosos.
Recreação	Realização de tarefas recreativas com os idosos, como jogos, bingos e comemoração dos aniversários.
Eventos	Organização de eventos de acolhida de visitantes, benfeitores e promoções em prol da entidade.
Cabeleireiro	Profissional qualificado que se responsabilizado pelo corte de cabelo dos idosos, serviços de manicure e pedicure.
Agricultura / Jardinagem	Mantém a horta e o jardim da entidade em constante limpeza, plantando e colhendo hortaliças, aparar a grama e limpeza dos canteiros de flores.

Fonte: Dados da pesquisa

4 RESULTADOS

Primeiramente executou-se a elaboração da DVA referente ao ano de 2016, período que serviu de base do presente estudo. A DVA foi elaborada a partir da Demonstração de Resultado de Exercício (DRE) do período citado, disponibilizado pela contabilidade responsável pela entidade.

Por se tratar de entidade que não possui impostos recuperáveis e não comercializa nenhum item adquirido de terceiros, os valores constantes na DRE são suficientes para elaboração da DVA, apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 – DVA ano de 2016

	DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - DVA	EM R\$	%
1	RECEITAS	1.693.475,29	
1.1	Doações	488.903,74	43,52%
1.2	Convênios Governamentais	129.420,69	11,52%
1.3	Mensalidades Internos	885.293,32	78,80%
1.4	Ação entre Amigos	185.395,00	16,50%
1.5	Receitas de Bazar	4.462,54	0,40%
2	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	- 471.899,84	
2.1	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	- 471.899,84	-42,00%
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.221.575,45	
4	RETENÇÕES	- 106.475,92	
4.1	Depreciações	- 106.475,92	-9,48%
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	1.115.099,53	
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.413,74	
6.1	Receitas financeiras	8.413,74	0,75%
7	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	1.123.513,27	100,00%
8	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.123.513,27	100,00%
	Pessoal e encargos	766.367,23	68,21%
	Impostos, taxas e contribuições	264.822,21	23,57%
	Remuneração do Capital de Terceiros	14.778,63	1,32%
	Remuneração do Capital Próprio	77.545,20	6,90%

Fonte: Dados da pesquisa

A Tabela 1 apresenta todas as fontes de recursos financeiros da entidade, que são inerentes a sua atividade-fim: doações, convênios com prefeituras, mensalidades dos internos, ação entre amigos e bazares. Além das fontes citadas, há também receita financeira advinda da remuneração dos valores aplicados em instituições bancárias. A DRE demonstra também a depreciação dos ativos da entidade, que são retenções do valor adicionado, por se tratar de valores econômicos demonstrados na DRE. Tendo em conta que ela possui sede própria e conta com uma gama de equipamentos, todos necessários ao desenvolvimento das atividades, os quais foram imobilizados pela contabilidade, de acordo com as normas contábeis.

No tocante a distribuição do valor adicionado, nota-se que o principal grupo de beneficiários são os empregados. Isso, devido ao grande número de funcionários necessários para os cuidados com os idosos, com plantão em tempo integral, e em razão dos salários e benefícios devidos. Em seguida, o segundo beneficiário do valor adicionado é o governo, principalmente devido aos encargos previdenciários incidentes sobre a folha de pagamento dos colaboradores. Em terceiro aparece a remuneração de capitais próprios, representado pelo superávit econômico obtido pela entidade no período analisado e que foi destinado para reinvestimento. Em

quarto aparece a remuneração de capital de terceiros, representado por juros pagos a instituição bancária decorrente de operações de crédito.

O Abrigo Mão Amiga elabora cronogramas mensais para realização das rotinas com os idosos. Para execução dessas rotinas, além dos serviços dos funcionários da entidade, ela conta também com o serviço dos voluntários, que estão de forma permanente trabalhando para a entidade. Com isso, foi produzido um relatório individualizado dos serviços voluntários mensais, para acompanhamento e planejamento das atividades. A partir desse relatório, elaborou-se um quadro, contendo as atividades desenvolvidas por cada grupo de voluntários e a quantidade de horas trabalhadas mensalmente.

A partir da descrição da atividade executada por cada grupo de voluntários, foi feito um levantamento dos valores pagos pelo comércio local, bem como consulta a sindicatos de classe da região para mensuração do valor da hora trabalhada. Esse valor foi multiplicado pelas horas trabalhadas e acrescido dos encargos trabalhistas aos quais estaria sujeito, caso fosse um trabalho remunerado.

Os dados apresentados na tabela 2 refletem o número de trabalhadores voluntários, a quantidade de horas mensais trabalhadas, o valor mensal e o valor anual para cada atividade voluntária, acrescido dos encargos.

Tabela 2 - Informações sobre o voluntariado

Função	Número de voluntários	Horas mensais trabalhadas	Valor por hora R\$	Valor total mensal com encargos R\$	Valor total anual com encargos R\$
Diretoria	6	260	6,50	1.971,67	26.282,36
Rouparia	1	32	5,26	196,51	2.619,48
Recreação	2	168	5,26	1.031,67	13.752,16
Eventos	1	40	5,26	245,64	3.274,38
Cabeleireiro	2	40	5,26	245,64	3.274,38
Jardinagem	2	90	5,26	552,68	7.367,22
Total	14	630		R\$ 4.243,81	R\$ 56.569,99

Fonte: Dados da pesquisa

Totalizaram 14 voluntários que executam 630 horas mensais de serviços recebidos pela entidade. Caso fossem remunerados, custariam para a entidade R\$ 4.243,81 reais mensais, com os encargos.

Para o cálculo do valor com os encargos, foi levado em consideração, além da hora efetivamente trabalhada, o descanso semanal remunerado, as férias e

décimo terceiro salário. A partir do valor mensal com encargos, possibilitou o cálculo do valor anual, posteriormente alocado na DVA, permitindo assim, a elaboração da EVAS.

Como já conceituado no referencial teórico, a *Expanded Value Added Statement* (EVAS), além das informações presentes na DVA, são acrescentadas também as informações sociais, representadas pela mensuração do trabalho voluntário recebido, contabilizado de acordo com as normas contábeis aplicáveis ao assunto (CPC 09 e ITG 2002).

A Tabela 3 apresenta os resultados da demonstração do valor adicionado expandido - EVAS.

Tabela 3 – EVAS ano de 2016

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO EXPANDIDO - EVAS		FINANCEIRO	SOCIAL	COMBINADO	%
1	RECEITAS	1.693.475,29	56.569,99	1.750.045,28	
1.1	Doações	488.903,74	-	488.903,74	41,43%
1.2	Convênios Governamentais	129.420,69	-	129.420,69	10,97%
1.3	Mensalidades Internos	885.293,32	-	885.293,32	75,02%
1.4	Ação entre Amigos	185.395,00	-	185.395,00	15,71%
1.5	Receitas de Bazar	4.462,54	-	4.462,54	0,38%
1.6	Serviços Voluntários Recebidos	-	56.569,99	56.569,99	4,79%
2	INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	- 471.899,84	- -	471.899,84	
2.1	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	- 471.899,84	- -	471.899,84	-39,99%
3	VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	2.165.375,13	56.569,99	1.278.145,44	
4	RETENÇÕES	- 106.475,92	- -	106.475,92	
4.1	Depreciações	- 106.475,92	- -	106.475,92	-9,02%
5	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	2.058.899,21	56.569,99	1.171.669,52	
6	VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	8.413,74	-	8.413,74	
6.1	Receitas financeiras	8.413,74	-	8.413,74	0,71%
7	VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	2.067.312,95	56.569,99	1.180.083,26	100,00%
8	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			1.180.083,26	100,00%
8.1	Sociedade (destinatária das horas dos voluntários)	-	30.287,63	30.287,63	2,57%
8.2	Pessoal e encargos	766.367,23		766.367,23	64,94%
8.3	Impostos, taxas e contribuições	264.822,21		264.822,21	22,44%
8.4	Remuneração do Capital de Terceiros	14.778,63		14.778,63	1,25%
8.5	Organização	77.545,20	26.282,36	103.827,56	
8.5.1	Gestão e programas	-	26.282,36	26.282,36	2,23%
8.5.2	Resultado retido	77.545,20		77.545,20	6,57%

Fonte: Elaborado pelos autores - dados da pesquisa

Na tabela 03 fica evidente a participação do trabalho voluntário na riqueza gerada pela entidade, da qual representa 4,79%. O mesmo percentual atribui-se a distribuição da riqueza gerada, sendo a sociedade e a entidade os beneficiários. Pondera-se também que a distribuição do valor adicionado relativa a pessoal e encargos representa 64,94% da riqueza gerada, sendo o maior participante da distribuição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito desse estudo foi investigar o impacto dos serviços voluntários na formação e distribuição do valor adicionado em uma entidade sem fins lucrativos de Ituporanga – SC. Para obtenção do objetivo, procedeu-se pesquisa exploratória, utilizando um estudo de caso com cunho qualitativo.

Na elaboração da DVA tradicional, com base nas informações financeiras extraídas da DRE da entidade, apresentam-se como principais beneficiários da riqueza criada os funcionários (devido ao grande número de colaboradores que a entidade possui com salários e encargos pertinentes a função desempenhada), seguida do governo (pelo recolhimento de tributos).

Após a mensuração e reconhecimento dos serviços voluntários recebidos, de acordo com as normas contábeis, há um acréscimo de 3,34% no total das receitas da entidade. Com a incorporação do valor das entradas sociais à DVA tradicional, cria-se a EVAS, que surgiu da necessidade de apresentação desses novos valores. Neste novo modelo de evidenciação, acrescenta-se também a sociedade como beneficiária das riquezas geradas, além dos empregados, governo, terceiros e a própria entidade. Além disso, a entidade é a principal beneficiária, porque recebe em gratuidade serviços que a auxiliam na coordenação e manutenção de suas atividades.

No que tange a prestação de contas das entidades sem fins lucrativos, a elaboração da EVAS é primordial, pois, demonstra com maior clareza toda a riqueza gerada, incluindo também os valores não financeiros. Para muitas entidades este procedimento torna-se difícil, pois, exige o comprometimento de tempo e recursos para estudo e elaboração e desenvolvimento de mecanismos para coleta e tratamento dos dados.

A contabilidade social, e por sua vez, a demonstração do valor adicionado expandido excede os procedimentos para elaboração das demonstrações contábeis, uma vez que, envolvem valores não monetários em sua mensuração e evidenciação. Serve ainda para melhor compreensão da atividade social e econômica das entidades por considerar em sua elaboração os valores das entradas e saídas sociais, que são recursos não monetários, atribuindo-lhes valores.

Em futuras pesquisas sugere-se fazer a pesquisa com as entidades para verificar como é efetuado o reconhecimento dos valores dos serviços voluntários. De modo particular, poderão também, investigar a maneira mais adequada para a elaboração da demonstração de valor adicionado expandido, utilizada por essas entidades.

REFERÊNCIAS

BAPTISTA, Antônio Eustáquio. GONÇALVES, Eugênio Celso. **Contabilidade Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 20 de Junho de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9608.htm> Acesso em 09 de Agosto de 2016.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa: monografia, dissertação, tese**. São Paulo: Atlas, 2004.

BULGARIM, Maria Clara Cavalcante *et al.* **Caderno de procedimentos aplicáveis à prestação de contas das entidades do terceiro setor (fundações)**. 2 ed. Brasília: Fundação Brasileira de Contabilidade, 2012.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado**. 2008. Disponível em: Acesso em 22 jun. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Resolução CFC nº 1.409/12**. Aprova a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. Disponível em: Acesso em: 22 jun. 2016.

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Administração de organizações sem fins lucrativos**: princípios e práticas. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 2001.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 14. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GUERRA, Luciano. **A nova contabilidade**: convergência ao padrão internacional. São Paulo: Atlas, 2013.

IUBÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis**: contabilidade empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MAZZIONI, Sady. SCHULZ, Sheila Jeane. KLANN, Roberto Carlos. A demonstração do Valor Adicionado expandido aplicada em uma entidade sem Fins lucrativos. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, v. 6, n. 1, p. 83-110, 2014.

MAZZIONI, Sady. SILVA, Mayara Rodrigues da. DOMENICO, Daniela Di. O impacto dos recursos sociais não monetários na formação do valor adicionado expandido. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR**, v. 13, n. 25, p. 119-136. 2º sem. 2013.

MELO NETO, Francisco Paulo de. FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MOOK, L., RICHMOND, B. J., QUARTER, J. Integrated social accounting for nonprofits: a case from Canada. **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 14, n. 3, p. 283-297, 2003.

NASCIMENTO, Diogo Toledo do. OLAK, Paulo Arnaldo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do valor adicionado**: como elaborar e analisar a DVA. São Paulo: Atlas, 2003.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor**: regulação no Brasil. 4. ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

Artigo recebido em: 10/03/2017

Artigo aprovado em: 11/08/2017